



**REGIMENTO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
PONTE DE SOR**

Regimento do Conselho Municipal de Educação de Ponte de Sor

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto (objeto da Declaração de Retificação n.º 13/2003, 11 de outubro), pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, criou os Conselhos Municipais de Educação e regulou as suas competências e composição, estipulando no artigo 8º que as regras de funcionamento constassem de Regimento a aprovar pelo Conselho Municipal de Educação.

Nestes termos é aprovado o Regimento do Conselho Municipal de Educação de Ponte de Sor.

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regimento estabelece as competências, composição e regras de funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Ponte de Sor.

Artigo 2.º

Objetivos do Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação, doravante designado por CMEPS, é uma instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa e tem por objetivo promover a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.

Artigo 3.º

Competências do Conselho Municipal de Educação

1. Para a prossecução dos objetivos referidos no artigo anterior, compete ao CMEPS deliberar, em especial, sobre as seguintes matérias:
 - a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego;
 - b) Acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do município, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal;

- c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos no regime jurídico da autonomia, artigos 56º e seguintes do Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 julho, bem como no contrato de execução de transferências de competências, previsto no Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de julho;
 - d) Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no Município e da respetiva articulação com o Plano Estratégico Educativo Municipal;
 - e) Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e ao fornecimento de refeições;
 - f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;
 - g) Programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
 - h) Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar;
 - i) Participação no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal.
2. Compete, ainda, ao CMPES analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.
3. Para o exercício das competências do CMEPS devem os seus membros disponibilizar a informação de que disponham relativa aos assuntos a tratar, cabendo, ainda, ao Delegado Regional de Educação, ou a quem o Diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares tiver designado em sua substituição, apresentar, em cada reunião, um relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, designadamente sobre os aspetos referidos no número anterior.

Artigo 4.º

Composição do Conselho Municipal Educação

1. Integram o CMEPS:
- a) O Presidente da Câmara Municipal, que preside;
 - b) O Presidente da Assembleia Municipal;
 - c) O Vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos;
 - d) O Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho;

- e) O Delegado Regional de Educação da Direção de Serviços da Região cuja área territorial corresponda à do Município, integrada na Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, ou quem o Diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares designar em sua substituição;
 - f) O Diretor do Agrupamento de Escolas;
2. Integram, ainda, o Conselho Municipal Educação, os seguintes representantes:
- a) Um representante das Instituições de Ensino Superior Público;
 - b) Um representante das Instituições de Ensino Superior Privado;
 - c) Um representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público;
 - d) Um representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;
 - e) Um representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública;
 - f) Um representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário, Privados;
 - g) Dois representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
 - h) Um representante da Associação de Estudantes;
 - i) Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam atividade na área da educação;
 - j) Um representante dos Serviços Públicos de Saúde;
 - k) Um representante dos Serviços da Segurança Social;
 - l) Um representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional;
 - m) Um representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto;
 - n) Um representante das Forças de Segurança;
 - o) Um representante do Conselho Municipal de Juventude, (a nomear, quando constituído este órgão no Município).
3. Os representantes a que se referem as alíneas a), b) e c) do número anterior são eleitos pelos docentes do respetivo grau de ensino.
4. De acordo com a especificidade das matérias a discutir no CMEPS, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise, sem direito a voto.
5. O Presidente da Câmara Municipal pode fazer-se acompanhar por técnicos do Município, sem direito de voto.

Artigo 5.º

Constituição

Aquando da constituição, o CMEPS é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Artigo 6.º

Designação dos membros

1. Após cada eleição para os órgãos do Município, no prazo máximo de trinta dias a contar da data da instalação dos órgãos e sem prejuízo do impulso do Presidente do CMEPS, devem as estruturas representadas informar aquele sobre a continuidade, ou não, do(s) seu(s) representante(s) no CMEPS.
2. Em caso de não continuidade, devem, no mesmo prazo, indicar o(s) novo(s) representante(s).
3. Decorrido o prazo a que alude o número 1 do presente artigo, considera-se que se mantêm o(s) representante(s).

Artigo 7.º

Substituição

1. O impedimento de qualquer representante que conduza à suspensão de funções, ou vacatura do lugar, determina a sua substituição.
2. Nas situações previstas no número anterior, deverão as entidades implicadas proceder à designação e comunicação escrita dos novos representantes, no prazo de trinta dias a contar da suspensão ou vacatura.
3. A comunicação prevista no número anterior é dirigida ao Presidente do CMEPS.

Artigo 8.º

Presidência

1. O CMEPS é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. Compete ao Presidente:
 - a) Convocar as reuniões, nos termos do artigo 18.º deste Regimento;
 - b) Abrir e encerrar as reuniões;
 - c) Dirigir e coordenar os trabalhos das reuniões, podendo ainda suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justifiquem;
 - d) Assegurar a execução das deliberações do CMEPS;
 - e) Assegurar o envio das avaliações, propostas e recomendações emitidas pelo CMEPS para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;
 - f) Assegurar a elaboração das atas;
 - g) Proceder à marcação de faltas;
 - h) Promover a designação e substituição dos representantes quando há suspensão e vacatura do lugar e, bem como, na sequência de eleições autárquicas;
 - i) Assegurar o cumprimento da lei e do presente Regimento.

3. O Presidente é substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Vereador responsável pela Educação, ou, na inexistência deste, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
4. O apoio administrativo ao Presidente do CMEPS é prestado por um trabalhador do Município.
5. O apoio técnico ao Presidente do CMEPS é prestado por um técnico da área da educação do Município.

Artigo 9.º

Direitos dos membros do Conselho Municipal de Educação

Constituem direitos dos membros do CMEPS:

- a) Usar da palavra nos termos regimentais;
- b) Apresentar pareceres, propostas, recomendações, requerimentos, reclamações e recursos;
- c) Solicitar ao Presidente informações e esclarecimentos que entendam necessários, no estrito âmbito das suas competências;
- d) Fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem;
- e) Receber e votar as atas do CMEPS.

Artigo 10.º

Deveres dos membros do Conselho Municipal de Educação

Constituem deveres dos membros:

- a) Comparecer e acompanhar as reuniões do CMEPS, nos Grupos de Trabalho e Comissão Permanente para os quais estejam designados;
- b) Participar nas discussões e votações, sendo obrigatório participar naquelas que, de forma direta ou indireta, envolvam as estruturas que representam;
- c) Assinar a folha de presenças antes do início dos trabalhos de cada reunião;
- d) Desempenhar as funções para que foram designados e/ou eleitos;
- e) Observar a ordem e disciplina fixadas no presente Regimento.

Artigo 11.º

Constituição e funcionamento de Grupos de Trabalho

1. Em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver, o CMEPS pode deliberar a constituição interna de Grupos de Trabalho.
2. A deliberação prevista no número anterior estabelece a composição do Grupo de Trabalho, o seu objeto e prazo.

3. Cada Grupo de Trabalho será composto por um máximo de cinco membros a fixar por proposta do Presidente.
4. De entre os membros dos Grupos de Trabalho é nomeado um relator, podendo ser coadjuvado por outros elementos do grupo.
5. As regras internas de funcionamento de cada Grupo de Trabalho são sua responsabilidade.

Artigo 12.º

Competências dos Grupos de Trabalho

1. Compete aos Grupos de Trabalho:
 - a) Analisar e apreciar os assuntos objeto da sua constituição;
 - b) Apresentar os relatórios e ou pareceres ao CMEPS no prazo por este fixado;
 - c) Solicitar aos órgãos do Município a colaboração de trabalhadores do Município;
 - d) Diligenciar junto dos órgãos representados no CMEPS a obtenção de elementos necessários à elaboração do estudo do assunto que lhe foi confiado.
2. O prazo concedido pelo CMEPS pode ser prorrogado por este, ou, no intervalo das suas reuniões, pelo seu Presidente.

Artigo 13.º

Constituição da Comissão Permanente

O CMEPS pode deliberar a constituição de uma Comissão Permanente com a função de acompanhamento e articulação entre o Município e o Agrupamento de Escolas, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 14.º

Composição da Comissão Permanente

1. A Comissão Permanente integra:
 - a) Dois representantes do Município, indicados pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) O Diretor do Agrupamento de Escolas ou dois representantes por ele designados;
 - c) Dois representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
2. A Comissão Permanente é coordenada por um dos representantes do Município, conforme designação do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 15.º

Competências da Comissão Permanente

1. Compete à Comissão Permanente:
 - a) Acompanhar e articular, no âmbito do processo de aprofundamento da descentralização administrativa, na área da educação, a relação entre o Município e o Agrupamento de Escolas;
 - b) Emitir pareceres e recomendações sobre as matérias a apreciar e a submeter ao CMEPS.

Artigo 16.º

Funcionamento da Comissão Permanente

A Comissão Permanente reúne ordinariamente pelo menos de dois em dois meses e extraordinariamente sempre que convocada por qualquer um dos seus membros.

Artigo 17.º

Periodicidade, local e natureza das reuniões

1. O CMEPS reúne ordinariamente, no início do ano letivo e no final de cada período escolar e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou a pedido de dois terços dos seus membros.
2. As reuniões realizam-se no edifício sede do Município ou, por decisão do Presidente, em qualquer outro local do território municipal.
3. Sem prejuízo do disposto nos números 4 e 5 do artigo 4.º do presente Regimento, as reuniões do CMEPS são de natureza privada.

Artigo 18.º

Convocação das reuniões

1. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de dez dias úteis, constando da respetiva convocatória o dia, hora e local em que esta se realizará.
2. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos dois terços dos seus membros, devendo neste caso o respetivo requerimento conter a indicação do(s) assunto(s) que se deseja(m) ver tratado(s).
3. As reuniões extraordinárias serão convocadas para um dos quinze dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.
4. As convocatórias serão feitas via correio eletrónico e delas devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na respetiva reunião.

Artigo 19.º

Faltas

1. As faltas às reuniões devem ser justificadas, mediante comunicação escrita, no prazo máximo de dez dias úteis, dirigida ao Presidente do CMEPS.
2. As faltas não justificadas serão comunicadas à entidade à qual pertence o representante.

Artigo 20.º

Ordem do dia

1. Cada reunião terá uma “Ordem do Dia” estabelecida pelo Presidente.
2. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do CMEPS, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de dez dias sobre a data da reunião.
3. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do CMEPS com a antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária haverá um período de “antes da ordem do dia”, que não poderá exceder sessenta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

Artigo 21.º

Quórum

1. O CMEPS só pode funcionar quando estiverem presentes, pelo menos, a maioria legal dos seus membros com direito a voto.
2. Só são considerados para o apuramento do quórum os membros cujos representantes tenham já sido designados e comunicados ao Presidente do CMEPS, nos termos deste Regimento.
3. Passados trinta minutos sem que haja quórum de funcionamento, o Presidente do CMEPS dará a reunião como encerrada, fixando desde logo, dia, hora e local para nova reunião.

Artigo 22.º

Uso da palavra

1. A palavra é concedida aos membros do CMEPS para:
 - a) Apresentar recomendações e propostas sobre assuntos da competência do CMEPS;
 - b) Invocar normas do Regimento e interpelar a Mesa;
 - c) Participar nos debates, formular declarações de voto e emitir votos;
 - d) Apresentar requerimentos, reclamações e recursos;

- e) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
 - f) Tudo o mais contido no presente Regimento.
2. A palavra será concedida aos membros do CMEPS por ordem de inscrição.

Artigo 23.º

Pareceres, propostas, avaliações e recomendações do Conselho Municipal de Educação

1. Os pareceres, propostas, avaliações e recomendações são elaborados, conforme as matérias, pelos Grupos de Trabalho, Comissão Permanente ou por um membro do CMEPS, designado pelo Presidente.
2. Os projetos de pareceres, propostas e recomendações são enviados, por correio eletrónico, aos membros do CMEPS com, pelo menos, oito dias de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação.
3. Após aprovação pelo CMEPS, os pareceres, propostas, avaliações e recomendações são remetidos diretamente aos serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem.
4. Os Contratos Interadministrativos de delegação de competências na área da educação celebrados ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, podem, mediante solicitação do respetivo Município, atribuir carácter vinculativo aos pareceres do CMEPS relativamente ao exercício pelo Município das competências delegadas através daquele contrato.

Artigo 24.º

Deliberações

1. As deliberações que traduzam posições do CMEPS com eficácia externa devem ser aprovadas por maioria absoluta dos seus membros.
2. Quando um parecer, proposta ou recomendação for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que conste do respetivo parecer a sua declaração de voto.
3. Em caso de empate numa votação, o Presidente do CMEPS, ou o seu representante legal, tem voto de qualidade.

Artigo 25.º

Atas das reuniões

1. De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
2. As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte.

3. As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do Presidente do CMEPS, pelo trabalhador da Câmara Municipal designado para o efeito, devendo ser rubricada por todos os membros que participem na reunião.
4. Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata onde conste ou se omita tomadas de posição suas pode, posteriormente, juntar à mesma declaração sobre o assunto.

Artigo 26.º

Apoio logístico

Compete à Câmara Municipal providenciar o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do CMEPS.

Artigo 27.º

Casos omissos

As omissões e as dúvidas que possam surgir na interpretação deste Regimento serão resolvidas por deliberação do CMEPS.

Artigo 28.º

Prazos

Salvo disposição em contrário, os prazos previstos no presente Regimento são contínuos.

Artigo 29.º

Alterações

O presente Regimento pode ser alterado pelo CMEPS por proposta do Presidente ou de um terço dos seus membros.

Artigo 30.º

Produção de efeitos

O presente Regimento produz efeitos após a sua aprovação pelo CMEPS.

Aprovado na Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação de Ponte de Sor de 04 de maio de 2016